



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7016

**Presidente da Mesa Diretora:** Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votado, não tramitado

**Autoria:** Eurípedes Xavier Souto

**Data:** 25/01/2007

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 045/2007. (NÃO VOTADO). Institui o "Passe-Escolar" no serviço de transporte coletivo urbano do município de Montes Claros e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 26.4      **Posição:** 41      **Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: não tramitado  
A: 26.4  
Ordem: 41  
nº de 02: 03



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº **045** /2007

AUTOR:

Vereador – Eurípedes Xavier Souto

ASSUNTO:

Institui o Passe-Escolar no Serviço de Transporte Coletivo Urbano do  
~~Município de Montes Claros e dá Outra Providências.~~

## MOVIMENTO

Entrada em – 25/01/2007  
Comissão Legislação e Justiça

- 1 - \_\_\_\_\_
- 2 - \_\_\_\_\_
- 3 - \_\_\_\_\_
- 4 - \_\_\_\_\_
- 5 - \_\_\_\_\_
- 6 - \_\_\_\_\_
- 7 - \_\_\_\_\_
- 8 - \_\_\_\_\_
- 9 - \_\_\_\_\_
- 10 - \_\_\_\_\_

As  
Comissão  
25.01.07



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

*Mandato Popular Lipa Xavier*

**PROJETO DE LEI N.º \_\_\_\_\_/2007, de 19 janeiro de 2007, que "Institui o passe-escolar no serviço de transporte coletivo urbano do Município de Montes Claros e dá outras providências".**

A Câmara Municipal de Montes Claros aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica instituída a TARIFA-ESCOLAR no serviço de transporte coletivo urbano do Município de Montes Claros.

**Parágrafo 1º** - Terão direito à TARIFA-ESCOLAR os estudantes do ensino fundamental, médio e superior, regularmente matriculados em estabelecimentos públicos, particulares ou cooperativistas de ensino, cujo funcionamento esteja devidamente autorizado pelo órgão público competente.

**Parágrafo 2º** - O valor do TARIFA-ESCOLAR será de 50% (cinquenta por cento) da tarifa normal praticada pelo serviço municipal de transporte coletivo urbano em qualquer das suas modalidades.

**Parágrafo 3º** - Para garantia dos direitos mencionados nesta Lei, a Administração Municipal fará constar nos editais de licitação para concessão e/ou permissão dos serviços de Transporte Coletivo Público Urbano, e, conseqüentemente, nos respectivos contratos a serem firmados com o Município de Montes Claros, cláusulas que assegurem efetivamente tal benefício.

**Artigo 2º** - Para fazerem jus ao benefício de que trata o Artigo anterior, os estudantes deverão atender a todos os requisitos listados abaixo, mediante documentação comprobatória:

- I – Residir a uma distância mínima de 2 (dois) quilômetros do estabelecimento de ensino a que estiver matriculado;
- II – Ter renda familiar mensal não superior a 3 (três) salários mínimos vigentes;
- III – Ter frequência escolar mínima mensal de 75% (setenta e cinco por cento).

**Parágrafo Único** – O cadastramento dos estudantes à TARIFA-ESCOLAR se dará por meio de processo administrativo, o qual será regulamentado pela Prefeitura Municipal de Montes Claros

**Artigo 3º** - Para a aquisição do cartão e créditos eletrônicos expedidos o estudante deverá apresentar a Carteira de Identidade Estudantil.

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP	<input type="checkbox"/> RECEB.
23/01/2007	
HORA: 9:30h	
ASS: [assinatura]	





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

*Mandato Popular Lipa Xavier*

**Parágrafo Único** - A Carteira de Identidade Estudantil a que se refere o *caput* deste Artigo, somente poderá ser emitida e distribuída pela UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) ou pelo DEMC (Diretório dos Estudantes de Montes Claros), para estudantes do ensino fundamental e médio, e pela UNE (União Nacional dos Estudantes) ou pelos DCE's (Diretórios Centrais dos Estudantes), para estudantes do ensino superior.

**Artigo 4º** - O estudante que fizer jus ao benefício instituído por esta Lei, depois de devidamente cadastrado pelo órgão competente da Prefeitura Municipal de Montes Claros, deverá adquirir o cartão eletrônico de controle da emissão da TARIFA-ESCOLAR.

**Artigo 5º** - Cada estudante que fizer direito ao benefício instituído por esta Lei, terá direito a 45 (quarenta e cinco) Tarifas-Escolares por mês, podendo utilizá-los durante todos os dias letivos do ano.

**Artigo 6º** - Qualquer cobrança a título de complementação sujeitará a empresa infratora às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor, além de outras penalidades legais e contratuais previstas.

**Artigo 7º** - Caberá ao Poder Concedente, por meio dos órgãos responsáveis pelo transporte e defesa do consumidor, a fiscalização do cumprimento da presente Lei, autuando as empresas que a descumprirem e cominando-lhes as sanções cabíveis.


**Artigo 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos 30 (trinta) dias após a implantação do sistema de bilhetagem eletrônica no serviço de transporte coletivo urbano municipal.

**Artigo 9º** - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sua publicação.

**Artigo 10º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 19 de janeiro de 2007.

  
Vereador Lipa Xavier  
PCdoB

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 25 DE JANUÁRIO DE 2007  
  
PRESIDENTE

Projeto ilegal e inconstitucional  
Conferir parecer da assessoria Legislativa.

Idem outra

12/02/07





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE SUBSTITUTIVO PROJETO DE LEI Nº 045/2007 QUE “ Institui o Passe-Escolar no Serviço de Transporte Coletivo Urbano do Município de Montes Claros e dá Outras Providências.”, de autoria do Vereador Eurípedes Xavier Souto.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


O projeto sob comento institui o Passe-Escolar no Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Montes Claros.

No projeto em comento, além da instituição do referido “passe-escolar”, que seria uma tarifa diferenciada para a classe que menciona, estão previstas as formas de implementação do referido “passe-escolar”, gerando obrigações e despesas para o Poder Executivo, o que o torna, ao nosso sentir, ilegal por vício de iniciativa.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 12 de fevereiro de 2007.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605